

# **Tropicália**

## **Transmissora de Energia S.A.**

Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período de Três Meses  
Findo em 31 de Março de 2022 e  
Relatório sobre a Revisão de  
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

<b>Conteúdo</b>	<b>Página</b>
<b>Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias</b>	<b>1</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações das mutações no patrimônio líquido</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>7</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias</b>	<b>8</b>

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Tropicália Transmissora de Energia S.A.

### **Opinião**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance e revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão das Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

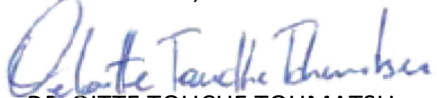
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de ITR.

## Outros assuntos

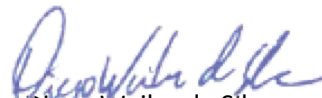
### *Revisão dos valores correspondentes ao período anterior*

Os valores correspondentes referentes às informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, apresentados para fins de comparação, foram revisados anteriormente por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de abril de 2021, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva  
Contador  
CRC nº 1 RS 074562/O-3

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2022	31/12/2021		Nota	31/03/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		20	8	Fornecedores	8	3.714	9.830
Títulos e Valores Mobiliários	3	24.171	16.838	Impostos e contribuições a recolher		1.972	2.346
Concessionárias e Permissionárias	4	10.921	10.969	Outros passivos circulantes		300	621
Despesas antecipadas		98	1	Encargos setorial		434	585
Imposto de renda retido na fonte		2.291	2.460	Debêntures	7	5.099	10.354
Outros ativos circulantes		85	31	Arendamento imobiliário		154	-
Deposito vinculado	5	4.750	11.122			<u>11.673</u>	<u>23.736</u>
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	6	83.199	82.109				
		<u>125.535</u>	<u>123.538</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Tributos Diferidos	9a	123.375	120.143
Realizável a longo prazo				Debêntures	7	524.753	513.253
Depósito vinculado	5	14.252	13.842	Arendamento imobiliário		542	-
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	6	815.475	809.574			<u>648.670</u>	<u>633.396</u>
Outros ativos não circulantes		45	45	<b>Patrimônio líquido</b>	10		
Imobilizado		1.143	160	Capital social		58.000	58.000
Intangível		63	56	Reserva Legal		11.314	11.314
		<u>830.978</u>	<u>823.677</u>	Reserva de lucros a realizar		167.029	167.029
				Reserva especial de dividendos		53.740	53.740
				Lucros / Prejuízos Acumulados		6.087	-
						<u>296.170</u>	<u>290.083</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>956.513</u></u>	<u><u>947.215</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>956.513</u></u>	<u><u>947.215</u></u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados

Para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional líquida	11	30.594	29.703
Custo de construção	12	-	(41.140)
Custo de operação e manutenção	14	(1.045)	(1.084)
<b>Lucro bruto</b>		<u>29.549</u>	<u>(12.521)</u>
Despesas Operacionais	13	<u>(827)</u>	<u>(703)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>28.722</u>	<u>(13.224)</u>
Receita Financeira		497	79
Despesas Financeira		<u>(19.766)</u>	<u>(18.035)</u>
Resultado financeiro	15	(19.269)	(17.956)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>9.453</u>	<u>(31.180)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	9b	<u>(3.366)</u>	<u>10.572</u>
<b>Lucro / (Prejuízo) líquido do período</b>		<u><u>6.087</u></u>	<u><u>(20.608)</u></u>
<b>Resultado por ação (R\$)</b>		0,060	(0,204)

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias .

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	6.087	(20.608)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>6.087</u></u>	<u><u>(20.608)</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2022

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva de lucros			Lucro ou Prejuízos acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva Especial de dividendos		
Em 1 de janeiro de 2021	10	<u>58.000</u>	<u>11.314</u>	<u>168.631</u>	<u>36.694</u>	<u>-</u>	<u>274.639</u>
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(20.608)	(20.608)
Em 31 de março de 2021	10	<u>58.000</u>	<u>11.314</u>	<u>168.631</u>	<u>36.694</u>	<u>(20.608)</u>	<u>254.031</u>
Em 31 de dezembro de 2021	10	<u>58.000</u>	<u>11.314</u>	<u>167.029</u>	<u>53.740</u>	<u>-</u>	<u>290.083</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	6.087	6.087
Em 31 de março de 2022	10	<u>58.000</u>	<u>11.314</u>	<u>167.029</u>	<u>53.740</u>	<u>6.087</u>	<u>296.170</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



# Tropicália Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/03/2022	31/03/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período</b>	6.087	(20.608)
<b>Ajuste</b>		
Depreciação e Amortização	33	6
Juros e Atualização sobre Debêntures e Financiamentos	7 19.385	16.536
Remuneração e Margem de Ativo de Contrato	11 (26.354)	(13.810)
	(849)	(17.876)
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	48	11.057
Ativo de Contrato	19.363	-
Despesas antecipadas	(97)	655
Imposto de renda retido na fonte	169	(220)
Outros ativos	(55)	3
Fornecedores	(6.117)	25.836
Impostos e contribuições a recolher	(374)	(2.906)
Impostos diferidos	3.232	10.676
Juros pagos	7 (13.141)	-
Outros passivos	225	(30)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>2.404</u>	<u>27.195</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativo financeiro da concessão	-	(41.140)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.023)	(536)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(67.898)	(12.957)
Resgate em títulos e valores mobiliários	66.529	27.465
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(2.392)</u>	<u>(27.168)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	12	27
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<u>8</u>	<u>25</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<u><u>20</u></u>	<u><u>52</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto Operacional**

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$ 86.836. Em 02 de julho de 2021 foi emitida pela ANEEL Nota Técnica nº 149/2021 estabelecendo as receitas anuais permitidas para o ciclo de 2021-2022 no valor de R\$ 95.431. A Receita de remuneração do ativo contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato é de 8% a.a.

## **1.1 Impactos do COVID 19**

### **1.1.1 Contexto Geral**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

### **1.1.2 Medidas de assistência governamental**

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, inicialmente a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

### **1.1.3 Impacto nas demonstrações financeiras**

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;

- reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

A Companhia preservou o caixa, teve geração positiva de caixa em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, pagou empréstimos e fornecedores, não precisou acessar financiamentos externos e não sofreu nada relevante que possa afetar a continuidade ou a realização dos ativos.

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e não foram relevantes para a Companhia.

#### **1.1.4 Impacto nas demonstrações financeiras** **Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2022.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

#### **1.2 Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

#### **1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **1.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 2.4 de Avaliação dos Instrumentos Financeiros.

#### **1.5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 1.6.3;

#### **1.6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

##### **1.6.1 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

### **Classificação e mensuração subsequente**

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

#### *(ii) Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **1.6.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito esperado (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

### **1.6.3 Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a TROPICÁLIA regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

#### **1.6.4 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos***

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

#### **1.6.5 *Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro real trimestral.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### **(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

**1.6.6** *Contas a pagar aos fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

**1.6.7** *Provisões*

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**1.6.8** *Demais ativos e passivos*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

**1.6.9** *Dividendos*

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa N° 10e.

### 1.7 Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

### 1.8 Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## **2 Gestão de risco financeiro**

### **2.1 Fatores de risco financeiro**

#### **a. Risco de crédito**

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com Instituições Financeiras Brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

#### **b. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

#### **c. Valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (iii) *Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores*  
 Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

## 2.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

## 2.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

	<b>31/03/2022</b>	
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	20	20
Títulos e valores mobiliários	24.171	24.171
Depósito vinculado	19.002	19.002
	<u>43.193</u>	<u>43.193</u>
	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos, conforme balanço patrimonial</b>		
Debêntures	529.852	529.852
	<u>529.852</u>	<u>529.852</u>
	<b>31/12/2021</b>	
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	8	8
Títulos e valores mobiliários	16.838	16.838
Depósito vinculado	24.964	24.964
	<u>41.810</u>	<u>41.810</u>
	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos, conforme balanço patrimonial</b>		
Debêntures	523.607	523.607
	<u>523.607</u>	<u>523.607</u>

## 2.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### *Hierarquia do valor justo*

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

**Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

**Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## 2.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

		31/03/2022			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			<b>0,53%</b>	<b>2,53%</b>	<b>4,53%</b>
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	20	0	0	1
	Títulos e Valores Mobiliários	24.171	128	612	1.095
	Depósito vinculado	19.002	101	481	861
			<b>1,20%</b>	<b>3,20%</b>	<b>5,20%</b>
IPCA %	Debêntures	529.852	6.358	16.955	27.552

		31/12/2021			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			<b>2,44%</b>	<b>4,44%</b>	<b>6,44%</b>
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	2
	Titulos e Valores Mobiliários	16.838	411	748	1.084
	Depósito vinculado	24.964	609	1.108	1.608
			<b>8,06%</b>	<b>10,06%</b>	<b>12,06%</b>
IPCA %	Debêntures	523.607	42.203	52.675	63.147

### 3 Títulos e Valores Mobiliários

Circulante	31/03/2022	31/12/2021
Certificados de depósitos bancários	24.171	16.838
	<u>24.171</u>	<u>16.838</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

### 4 Concessionárias e Permissionárias

	31/03/2022	31/12/2021
A vencer	10.724	10.849
Vencido	197	120
	<u>10.921</u>	<u>10.969</u>

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não são necessários ajuste a valor presente. A Companhia não possui provisão para perda esperada de crédito.

## 5 Depósito Vinculado

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>		
Certificados de depósitos bancários	4.750	11.122
	<u>4.750</u>	<u>11.122</u>
<b>Não Circulante</b>		
Certificados de depósitos bancários	14.252	13.842
	<u>14.252</u>	<u>13.842</u>

## 6 Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>891.683</b>	<b>855.784</b>
Aquisição de ativo de concessão	-	41.675
Remuneração do ativo de contrato	26.354	102.769
Margem do ativo de contrato	-	2.084
(-) Ajuste margem de construção	-	(38.468)
(-) Recebimentos	(19.363)	(72.161)
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>898.674</b>	<b>891.683</b>

	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual) – Circulante	83.199	82.109
Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual) - Não circulante	815.475	809.574

## 7 Debêntures

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

**Prazo:** 24 anos (até agosto de 2043)

**Custo:** IPCA + 5,0921%.

**Carência:** 36 meses (até agosto de 2022)

Juros apurados semestralmente ocorrendo o 1º Pagamento em agosto de 2021

Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência

<b>Moeda Nacional</b>	<b>Taxa anual de juro a.a.</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Debêntures	IPCA + 5,0921%	529.852	523.607
Principal		407.000	407.000
Juros		122.852	116.607
Passivo circulante		5.099	10.354
Não circulante		524.753	513.253

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

<b>Debêntures</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Aquisição</b>			<b>Amortização</b>		<b>31/03/2022</b>
		<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>Atualização Monetária</b>	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	
Debêntures	539.231	-	6.553	12.833		(13.141)	545.476
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)	-	-	-	-	-	(15.624)
<b>Total:</b>	<b>523.607</b>	<b>-</b>	<b>6.553</b>	<b>12.833</b>	<b>-</b>	<b>(13.141)</b>	<b>529.852</b>

<b>Debêntures</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Aquisição</b>			<b>Amortização</b>		<b>31/03/2021</b>
		<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>Atualização Monetária</b>	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	
Debêntures	478.351	34.827	5.873	10.663		(34.827)	494.887
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)	-	-	-	-	-	(15.624)
<b>Total:</b>	<b>462.727</b>	<b>34.827</b>	<b>5.873</b>	<b>10.663</b>	<b>-</b>	<b>(34.827)</b>	<b>479.263</b>

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

<b>Vencimentos</b>	<b>2023</b>
2023	2.313
2024	3.471
2025	3.470
2026	3.470
Após 2026	512.029



### **Garantias concedidas**

Fiança Bancária para 100% da dívida até completion

Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

### **Covenants financeiros**

Devido a essa debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

## **8 Fornecedores**

	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	2.145	2.145
Siemens Ltda	371	6.489
Dossel	586	654
Outros	612	542
	<u>3.714</u>	<u>9.830</u>

## **9 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

### **a. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Passivos Diferidos**

	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	17.065	17.262
Bases negativas de contribuição social	6.218	6.265
	<u>23.283</u>	<u>23.527</u>
Diferido passivo		
Imposto de Renda diferido	107.837	105.640
Contribuição social diferida	38.821	38.030
	<u>146.658</u>	<u>143.670</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>123.375</u>	<u>120.143</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

### **Efeitos no Resultado**

	<b>31/03/2022</b>	<b>31/03/2021</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.453	(31.180)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	3.214	(10.601)
Bônus e gratificações	30	27
Outros	<u>121</u>	<u>2</u>
	<u>3.365</u>	<u>(10.572)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>3.366</u>	<u>(10.572)</u>
	<u>3.366</u>	<u>(10.572)</u>

## **10 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021 é de R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. No dia 26 de março de 2021, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações, passando a ser apresentado da seguinte forma:

	<u>2022/2021</u>	
	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Participação %</b>
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura	58.000	100,00
	<u>58.000</u>	<u>100</u>

**b. Destinação do resultado**

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% será distribuído como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

**c. Reserva legal e de lucros a realizar**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, apurado com base nas demonstrações financeiras societárias, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

No exercício de 2021, a Companhia apurou prejuízo, não gerando resultados a serem distribuídos.

A reserva de lucros a realizar refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

No exercício de 2021, a Companhia conforme mencionado acima, não gerou reservas a serem constituídas.

**d. Dividendos propostos**

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

No exercício de 2021, a Companhia conforme mencionado acima, não gerou reservas a serem constituídas.

**e. Reserva Especial de dividendos**

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembléia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Concernentes a reversões dos provisionamentos dos dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

- Assembléia Geral Ordinária de 08 de abril de 2020 deliberando a reversão do valor de R\$ 29.553 de dividendos mínimos obrigatórios de 2019;
- Assembléia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021 deliberando a reversão do valor de R\$ 17.046 dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020.

Esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

## 11 Receita operacional líquida

	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração do ativo de concessão	26.354	51.778
Receita de Construção	-	41.140
(-) Ajuste do ativo de contrato	-	(65.589)
Receita de O&M	5.810	4.247
Outras receitas	1.201	-
<b>Total da receita bruta</b>	<b>33.365</b>	<b>31.576</b>
(-) Pis/Cofins	(2.440)	(1.686)
(-) Encargo setorial	(331)	(187)
<b>Total da receita líquida</b>	<b>30.594</b>	<b>29.703</b>

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.
- Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS.
- Outras receitas: proveniente de valor não arrecadado na apuração mensal dos serviços e encargos a título de Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão, em função dos descontos incidentes sobre as tarifas de que trata a Resolução Normativa nº 77.

## 12 Custo de construção

	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	-	-
Administradores	-	-
Material	-	(17.037)
Serviços de terceiros	-	(23.354)
Aluguéis	-	-
Seguros	-	(749)
	-	(41.140)

### 13 Despesas operacionais

	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	(277)	(197)
Administradores	(182)	(317)
Material	(23)	(6)
Serviços de terceiros	(252)	(129)
Depreciação e Amortização	(33)	(6)
Aluguéis	(45)	(33)
Impostos e taxas	(15)	(15)
	<u>(827)</u>	<u>(703)</u>

### 14 Custos de operação e manutenção

	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal	(69)	(46)
Administradores	-	(65)
Material	120	(64)
Serviços de terceiros	(966)	(769)
Aluguéis	(44)	(44)
Seguros	(32)	(33)
Impostos e taxas	(54)	(63)
	<u>(1.045)</u>	<u>(1.084)</u>

### 15 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas bancárias	(61)	(19)
Juros e Atualização s/ Debêntures	(19.386)	(16.536)
Outras despesas financeiras	(319)	(1.480)
	<u>(19.766)</u>	<u>(18.035)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações	497	79
Outras receitas financeiras	-	-
	<u>497</u>	<u>79</u>
	<u>(19.269)</u>	<u>(17.956)</u>

## 16 Meio ambiente

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo:

a Licença Operação (LO) emitida pelo IBAMA em janeiro de 2021.

## 17 Seguros

Em 31 de março de 2022, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Apólice	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	16.51.0038097.12	01/01/2022 a 01/01/2023	27
Riscos Operacionais	46.692.021.100.101.180.001.669	01/01/2022 a 01/01/2023	89
Veículo	8.769.900.244.059.900	15/01/2022 a 15/01/2023	2
Veículo	8.769.900.244.060.340	04/02/2022 a 04/02/2023	4

## 18 Honorário dos administradores

O total pago, no primeiro trimestre de 2022 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 298 e em 31 de dezembro 2021 o montante foi de R\$ 625.

## 19 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 31 março de 2022, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui a seguinte causa como possível, no montante de R\$ 49:

- a) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta; salários; recolhimento, liberação e indenização sobre F.G.T.S; multas dos art. 467 e 477 da C.L.T.; indenizações e honorários advocatícios. Em 31 de março de 2022 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.

\* \* \*

Rosane Cristina Marques de Souza  
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara  
Contadora  
CRC 116761/O-0